



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª  
(SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Comunicado do gabinete do Deputado Joe Valle para esta Presidência:

“Indicação de Líder.

Sr. Presidente, em conformidade com o art. 31, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, comunicamos aos membros da Mesa e demais parlamentares que, a partir desta data, o Deputado Joe Valle assume a Liderança do PDT, sendo a Deputada Celina Leão sua vice-líder.

Desta forma, solicitamos a leitura em plenário do presente comunicado, seguida de publicação no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Atenciosamente;

Deputado Joe Valle (PDT) e Deputada Celina Leão (PDT)”.  
Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se inicio ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

### Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas que acompanham esta sessão.

Quero dizer que nessa retomada dos trabalhos legislativos eu acho que, neste momento, devemos ter uma só pauta, Sr. Presidente: a segurança pública do Distrito Federal. Hoje nós vivemos um clima de terror. Na verdade, é isso! Um clima de terror. A insegurança é total. O nível de estresse é enorme. Eu, assim como a maior parte dos brasilienses, tenho uma preocupação extrema com as famílias.

Eu tive a oportunidade de ligar, nesses dois finais de semana, para a minha neta que tem 19 anos, e eu disse a ela que, pelo amor de Deus, não saísse de casa, e se fosse sair, me avisasse, porque eu queria acompanhá-la e iria buscá-la. Eu mudaria toda a minha programação. Assim eu entendo o que está se passando no interior de cada casa, de cada lar brasiliense.

Temos uma crise. Nós poderíamos dizer que o problema de segurança é em todo o Brasil. Temos a situação do *crack*, temos uma legislação que permite ao bandido retornar às ruas com muita facilidade, mas, na verdade, hoje, fora essa crise, que é generalizada, nós temos aqui pontualmente uma crise maior. Essa crise maior se reflete nos altos índices de homicídio, nos altos índices de ocorrências dos últimos dois meses, dezembro e janeiro, e parece que nada mudou para o mês de fevereiro.

O que temos evidentemente é tão grave que hoje fui surpreendida na televisão – e estou pedindo informações sobre isso – com a notícia de que a Secretaria de Segurança Pública não vai mais informar para os repórteres, para os jornalistas, o número de ocorrências registradas naquele dia ou no dia anterior. Isso é muito grave. O que se está tentando esconder? Nós vivemos na época da transparência.

Também quero dizer que muitas dessas estatísticas estão maculadas pelo fato de que hoje as pessoas não se sentem mais estimuladas a fazer denúncias, a ir às delegacias. Se as pessoas tiverem o estepes do seu carro roubado – e, nos meses de dezembro e janeiro, uma infinidade de estepes de carros foram roubados –, elas não se dispõem mais a ir à delegacia fazer ocorrência.

Também tenho conversado com comerciantes do Gama, de Samambaia, do Recanto das Emas, de Ceilândia, de Planaltina, de Sobradinho e de várias outras cidades do Distrito Federal, que dizem o seguinte: “Olha, nós somos assaltados e não vamos mais fazer ocorrências na delegacia”. Eu perguntei: Por quê? “Porque são menores, sabemos que eles continuarão nas ruas, e eles nos dizem: se vocês fizerem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

a ocorrência, nós vamos vir aqui e vamos fazer pior; em vez de só roubarmos, nós vamos dar é uns tapas e não sei mais o que em vocês”.

Então é isso, esse é o clima que estamos vivendo no Distrito Federal. O bandido está mandando, e a população está obedecendo, porque está morrendo de medo.

Nós temos hoje um déficit de pessoal na Polícia Civil, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros grande, enorme. Vem sendo dado um alerta disso pelas associações, pelos sindicatos e pelos próprios comandantes e diretores da Polícia Civil, mas nada tem sido feito nesse sentido.

Nós temos, no Fundo Constitucional para 2014, a possibilidade de contratarmos cerca de 1.100 policiais militares, 400 policiais civis e em torno de 350 bombeiros. Nós já poderíamos ter feito desde o dia 1º de janeiro. Está lá à disposição a chamada de novos profissionais de segurança pública, mas não fizemos. Por que não fizemos? Não entendo. Se há o Fundo Constitucional, se esse fundo reservou uma parcela do seu orçamento para a chamada desses novos profissionais, por que não os chamamos? Eu acho que o governador deve uma explicação em relação a isso.

Nós temos – não tenho da Polícia Civil, mas tenho da Polícia Militar – 1.200 concursados dentro da linha de corte, prontos para serem chamados. Nós sabemos que, ao se chamar um policial militar, ele precisa de um ano de treinamento para ir para as ruas. Quem sabe se, dentro desse quadro emergencial, se for dado um treinamento intensivo para esses policiais – quem tem de dizer se isso é possível ou não são os oficiais da Polícia Militar –, nós não poderemos tê-los num tempo mais curto nas ruas. Quero assim dizer dos policiais civis também. Não sei se isso é possível. Foge à minha capacidade porque não sou uma especialista em segurança pública, mas a contratação imediata desse profissionais é possível.

Também temos ainda no banco da PM mais 2.800. Se nós baixarmos um pouco a nota de corte, eles poderão ser chamados também. E aí há necessidade de fazer um pedido à Presidenta Dilma para que S.Exa. faça, num crédito, um remanejamento de algumas rubricas dentro do Fundo Constitucional. Também nos preocupa que hoje, do Fundo Constitucional – que inicialmente foi criado pra atender a segurança pública –, menos da metade, entre 46% e 48%, vem sendo aplicado na segurança. Nós começamos num patamar maior, e vêm diminuindo, ano a ano, os valores destinados à aplicação na segurança pública. Parece-me que isso também tem que ser revisto – acho que pelo Congresso Nacional. Tem de se estabelecer realmente um percentual mínimo de aplicação na segurança pública ou o próprio governo daqui estabelecer que não vai avançar mais sobre as verbas que antes eram destinadas exclusivamente à segurança pública.

Também temos um regimento que está pronto, que foi discutido, mas falta bater o martelo se vai ser aplicado ou se não vai aplicado. O que custa àquele que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

tem a delegação da população para ser o comandante falar: “Não, vamos ver. Precisa ser revisto esse regimento”. Ou: “Esse regimento pode prosperar”. Ou: “Ele não vai prosperar de jeito nenhum e vai ficar do jeito que está”. É para isso que nós temos um governador. Um governador tem a delegação para fazer esse nível de decisão. Precisa ser dito isso às corporações. Precisa ser dito isso à população do Distrito Federal. Assim como a revisão do plano de carreira dos policiais, porque eles aguardam isso há muito tempo e foi tema de promessa de campanha. É por isso que há esse engasgo maior, porque foi prometido e não foi cumprido. Não precisaria ser prometido, mas foi prometido e não foi cumprido. O interessante é que, por aqui, Deputado Joe, ao longo do ano passado, mais de 22 carreiras passaram e foram atendidas em seus pleitos. E o policial militar, que está na rua, que enfrenta situações perigosas todos os dias, inclusive com risco de vida, ficou à margem de todas essas negociações que foram encaminhadas aqui à Câmara Legislativa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada, apenas para contribuir, eu acho que V.Exa. foi muito feliz quando abordou a questão do efetivo policial. Só para V.Exa. ter ideia, em 1990, quando eu comecei a trabalhar na 4ª Delegacia de Polícia, nós éramos oito policiais no plantão. Três ficavam registrando ocorrências, e os outros cinco faziam diligência. Então, cada vez que chegava uma ocorrência, da mais simples a mais grave, havia policial atuando. A segurança se faz com imediatismo. Hoje, a maioria das nossas delegacias trabalha com três ou quatro no plantão. Assim, é impossível atender a comunidade.

A segurança, por mais complexa que ela seja, é feita com gestos simples. Um deles é o policial na rua. Não há fórmula mágica. Agora, o policial tem que existir, tem que aparecer. Não adianta colocar policial em parte administrativa. Concurso é feito para que ele esteja na rua, trabalhando. Então, hoje, infelizmente, não é o que está acontecendo. E é verdade. Nós precisamos lançar mão de todos os instrumentos que permitam que esses policiais assumam, porque, apesar da academia ser de um ano ou seis meses, o policial se faz é na rua, no dia a dia. Ele precisa ter experiência. E aí não é uma função qualquer. Colocar uma arma na cintura de um jovem e mandar ele para a rua para fazer segurança pública não é a coisa mais simples do mundo. Então, nós temos que ter responsabilidade, repensar o formato de segurança para não pagarmos o preço que estamos pagando hoje. Isso é muito caro.

A outra questão é a do Fundo Constitucional. Nós chegamos a ter o Fundo Constitucional com quase 60% de gastos com a segurança pública, e hoje está havendo uma inversão. Nós discutimos isso nessa Casa; houve, sim, uma correção, o governo tentou aproximar, mas ainda está muito distante. Por quê? Nós da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

segurança pública temos uma única fonte de recursos, que se chama Fundo Constitucional.

Nas outras áreas, como educação e saúde, sou, sim, a favor de que haja investimento. Tem que ter recursos, mas existem outras fontes. No caso da segurança pública, felizmente ou infelizmente, temos apenas o Fundo Constitucional. Então, tem que haver uma preocupação com a alocação de recursos para esses servidores.

Quero concordar com a senhora. Acho que este é o momento em que temos de debater segurança exaustivamente, mas não só debater. Temos que apresentar para a sociedade uma resposta plausível. Isso não tem de acontecer só quando surgem fatos lamentáveis como esses que têm acontecido agora. Temos que fazer isso de forma contínua. Se criarmos paliativos, daqui a seis meses, viveremos uma nova crise.

Muito obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu poderia me estender falando sobre outras questões. Debates muito ontem, na Câmara dos Deputados, uma proposta do Deputado Pitiman. Esteve presente praticamente toda a bancada federal – os três senadores – e houve a representação também da Câmara Legislativa – eu e o Deputado Aylton Gomes –, enquanto os senhores estavam aqui, iniciando os trabalhos. E hoje, na parte da manhã, estivemos na Associação Comercial do Distrito Federal, onde, por iniciativa do seu Presidente, Cleber Pires, pudemos ver a indignação das pessoas que se encontravam lá.

Então, neste momento, é preciso deixarmos as questões partidárias e as eleições de lado, e faço aqui um pedido. Peço à Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio – este pedido saiu lá do Congresso Nacional ontem e, hoje, da Associação Comercial do Distrito Federal –, que solicite ao Governador a abertura de uma agenda também para o Congresso, para a Câmara Legislativa, em conjunto. Que possamos designar representantes para irem lá verificar, efetivamente, quais são as propostas para corrigir emergencialmente essa crise.

Sabemos que há ações que são estruturantes, que são de médio e longo prazos, mas há ações que têm de ser feitas agora, neste momento. Precisamos levar uma palavra ao povo brasileiro, para que ele saiba que os seus representantes, seja na Câmara dos Deputados, no Senado, na Câmara Legislativa ou no Poder Executivo, estão trabalhando para que isso aconteça.

Esse estado de guerra que vivemos hoje, no Distrito Federal, de medo de sair às ruas, é muito grave. Só para dar mais um exemplo – as mortes que aconteceram foram muito noticiadas –, ontem mesmo o Presidente do PTN, Rodrigo Delmasso, teve o seu carro furtado na porta da igreja, e assim estão acontecendo milhares e milhares de casos. Muitos chegam às estatísticas, mas tantos outros não chegarão nunca. Se chegassem, ficaríamos ainda mais horrorizados do que estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

ao conhecer os dados que nos são apresentados. Não nos adianta falar que Brasília está na frente, em questão de segurança, de dezesseis outras capitais. O que sabemos hoje é que a sensação de insegurança em Brasília é muito grande, maior que a nossa capacidade mental de absorvê-la.

Portanto, faço esse apelo, Sr. Presidente. Sei da sua proximidade com o Governador Agnelo, conquistada com a sua coerência, com o seu trabalho, com o seu empenho em fazer este Governo funcionar, e peço que V.Exa., Presidente em exercício desta Casa, solicite ao Governador a apresentação de propostas que realmente atendam ao povo brasiliense, assim como solicito à Deputada Arlete Sampaio que peça ao Governador que nos receba, juntamente com os representantes do Congresso, da Fibra e da Fecomércio, para que, emergencialmente, ele nos diga o que está sendo feito.

Parabenizo o Secretário de Segurança, por quem tenho a maior estima, por fazer o enfrentamento em todas essas audiências que têm ocorrido. Mas ele ainda não pôde esclarecer aquilo que foi decidido pelo Governo e que será feito de imediato para nos acalmar neste momento, cada um de nós, brasilienses.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco, pela liderança do PT do B. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula, pela liderança do PEN. (Pausa.)

A Deputada Luzia de Paula abre mão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, pela liderança do PRTB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista, pela liderança do PV. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pela liderança do PMDB.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas para trazer mais uma preocupação, já que estamos discutindo tanto essa questão da segurança ou da insegurança que vivemos na nossa cidade, que talvez possa aumentar. Trago esta questão porque sei que V.Exa. tem dado um apoio muito forte aos condomínios.

Ontem tivemos uma decisão que determina a derrubada do muro do Condomínio Village. Acho que isso piora ainda mais a sensação de insegurança. Está provado, por meio de números, de estatísticas, que os condomínios são os locais mais seguros para as pessoas viverem, porque é uma forma de conter a violência. É claro que a violência fora dos muros continua, mas ali dentro, pelo menos, as pessoas têm um pouco mais de tranquilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Parece-me muito insensato que o Ministério Público insista tanto na derrubada dos muros. Esta Casa já aprovou duas leis que garantiam o cercamento e, agora, algumas decisões, como essas leis, foram consideradas inconstitucionais, o que deixou essas famílias aterrorizadas pelo risco das derrubadas.

Mais tarde alguns representantes de condomínios estarão aqui. Eles já me ligaram, e estou antecipando aqui o assunto. Eles trarão essa decisão, que, na minha opinião, realmente causa uma preocupação e um risco muito grande para esses moradores. Esta derrubada dos muros, do cercamento do Condomínio Village terá um efeito dominó. Podem ter a certeza absoluta de que essas pessoas terão muito o que reclamar.

Acho que o nosso Governo tem uma responsabilidade muito grande nesse sentido, e esta Casa, uma responsabilidade muito grande de encontrar um instrumento para impedir que isso aconteça.

Quero contar com o apoio de V.Exa. e de todos os demais companheiros. Sei que esta Casa é sensível. Vou trazer essa preocupação ao Willemann, que é uma pessoa extremamente preocupada com isso e tem sempre se colocado à disposição, mas é importante que a gente faça algo imediatamente, porque o prazo está se esgotando. Infelizmente, os órgãos fiscalizadores, daqui a pouco, terão, por dever de ofício, que cumprir uma ordem judicial, uma cobrança do Ministério Público, a fim de que se promovam essas derrubadas, e sabemos que nada pior do que isso, ainda mais neste ano.

Antecipo, então, essa minha preocupação, mas acho que, ainda hoje, a gente deve trazer mais informações sobre essa decisão.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Inicialmente, a proposição era de se fazer... fizemos uma lei ordinária, seguindo a orientação, inclusive, de áreas do Governo. Depois foi alegado que era necessária uma lei complementar, por meio da qual se muda o *quorum*, e que se faziam necessárias algumas audiências públicas. Obedecemos à orientação, e foi feita a lei complementar, que foi aprovada.

Às vezes, ficamos desanimados, Deputado Wellington Luiz, porque são tantos os problemas sociais, de políticas públicas de Brasília, e ainda precisamos nos preocupar com o cercamento de condomínios, que não está fazendo mal a ninguém. Pelo contrário, traz uma economicidade para o Governo, porque evita um policiamento ostensivo, já que a segurança daquelas áreas fica preservada.

Ficamos sem entender direito por que, diante de tantos problemas que existem na cidade, preocupar-se com uma coisa em que, realmente, não se tem problema nenhum. Não houve gasto público nenhum, todo o cercamento foi feito a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

expensas dos próprios moradores, ou seja, não envolveu recurso público nisso. Então, fica difícil de a gente entender.

Eu quero me associar ao amigo nessa luta. É necessário dar essa tranquilidade. Vamos ver que meios e que formalismo legal estão exigindo agora para que isso seja cumprido, se precisa de uma nova lei, se é preciso uma mudança na Lei Orgânica já que lei complementar não serve, se precisa de uma lei em nível de Congresso Nacional. Eu acho que tanto o Governador Agnelo, quanto a Liderança aqui com o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio, e os demais Deputados vão estar empenhados, porque está se fazendo um mal às pessoas que estão só fazendo o bem.

Portanto, parabéns a V.Exa. por esse pronunciamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia, e quero também concordar com V.Exa. Acho que vai chegar a hora em que Jesus Cristo vai descer para ser o autor dessa lei para atender às exigências do Ministério Público.

O que o Ministério Público está fazendo com essas pessoas é um desserviço. Acho que um órgão importante como o MP, como bem disse V.Exa., tem muitas preocupações, tem servidores valorosos em seus quadros, mas ele precisa direcionar suas ações a determinadas situações que realmente precisem da atuação do Ministério Público. Nesse caso, especificamente, é difícil mesmo, Sr. Presidente, entender por que essa perseguição a algo que não traz nenhum prejuízo para a sociedade. Pelo contrário. Como bem disse V.Exa., onde existe o condomínio temos economicidade, porque não é preciso ter policiamento ali. Há o policiamento privado.

Então, não dá, realmente, para entender essa postura do MP. Esperamos que o Ministério Público tenha mais sensibilidade. Acredito nisso.

Agora, esta Casa e o Governo do Distrito Federal precisam dar o pontapé para que se encontre uma saída, para que essas pessoas possam viver em paz. Acho que o que eles pedem não é muito, e é obrigação nossa ouvi-los e atendê-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma proposta em relação à fala do Deputado Wellington Luiz.

Eu penso que esta Câmara Legislativa e sua Mesa Diretora poderiam organizar uma comissão para conversar com a Procuradora-Geral do Ministério Público e propor a S.Exa. uma trégua: que nenhuma medida possa ser acionada pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Ministério Público no sentido da retirada das muradas dos condomínios enquanto nós não encontrarmos uma solução jurídica conveniente para solucionar a defesa daqueles equipamentos, porque isso protege a população. E nós vamos buscar juridicamente um meio, como uma revisão da Lei Orgânica, para que possamos modificar e garantir que haja institucionalidade na decisão de manter as muradas. Portanto, eu queria fazer esta proposta: que nós fôssemos sensibilizar o Ministério Público com relação a isso.

Vou falar da questão da segurança pública no Distrito Federal.

Em primeiro lugar, eu quero fazer um elogio público à atitude do Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam Buarque, como Senador da República, ex-Governador desta cidade, telefonou, no sábado, ao Governador Agnelo e, em seguida, encontrou-se com S.Exa. para externar, em seu nome e em nome de toda a população de Brasília, a sua preocupação com a situação da segurança pública e da violência crescente no Distrito Federal.

Eu tenho certeza de que, ao lado do Governador, estamos procurando alternativas a serem anunciadas muito brevemente para que possamos resolver a chamada operação tartaruga que, agora, pelo que diz a imprensa, transformou-se em uma operação-padrão em que todos seremos absolutamente seguidos pela polícia e seremos abordados diante de qualquer coisa irregular que aconteça – já se prometeu, por exemplo, encher os pátios do Detran.

Então, eu acho que esses arroubos que têm acontecido, Deputado Wellington Luiz, também revelam o lado ruim dessa disputa, que é o lado politiqueiro. É o lado daquelas pessoas que, embora afastadas da polícia, procuram se reaproximar na perspectiva das próximas eleições. Esse é o lado negativo porque não ajuda a resolver o problema, que é real. É por isso que estou aqui publicamente elogiando o Senador Cristovam Buarque, que não comentou muito, mas que foi lá e tomou uma atitude concreta de procurar o Governador para juntos irmos ao Governo Federal no sentido de buscar alternativas. Tenho certeza de que elas estão sendo construídas e que em breve serão anunciadas ao povo de Brasília e às corporações que se encontram mobilizadas.

Dito isso, quero dizer que realmente a violência assusta a todos nós. A violência às vezes faz com que jovens como Leonardo percam a vida precocemente. Crianças na Estrutural perderam a vida precocemente. Isso realmente é assustador. Os empreendimentos são muito abordados pelos marginais, várias vezes roubados. O medo faz com que as pessoas se recolham. Então, nós não podemos aceitar a continuidade de tudo isso. Nós temos corporações absolutamente eficientes no Distrito Federal, que não podem também prescindir de levar a efeito o seu papel institucional por causa de reivindicações salariais.

Quero dizer que este governo não está parado no tempo. Se nós formos aqui somar todas as iniciativas que o governo já tomou para satisfazer as demandas da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, veremos que são inúmeras! Ainda não de forma suficiente para eles. É legítimo o direito que as categorias têm de continuarem lutando, mas é possível e necessário que façamos isso num patamar civilizado e num patamar de diálogo, para que se encontre efetivamente a solução.

Aqui foi falado do Fundo Constitucional. Eu quero agregar aqui algumas informações ao que já foi dito. Primeiro, lembraria que o Fundo Constitucional foi instituído em dezembro de 2002. Lula ganhara as eleições e o governo de Brasília temia que o governo do Presidente Lula não fosse arcar com a responsabilidade de custear o pagamento do salário da saúde e da educação, que não eram institucionalizados, ainda eram fruto de um decreto do Presidente Juscelino Kubitschek. O fundo foi feito para arcar globalmente com as despesas da segurança pública e com os salários da saúde e da educação. Se contarmos a qualquer governador do Brasil, a qualquer autoridade deste país que o Distrito Federal recebe 10 bilhões de reais para essa finalidade e ainda assim tem que usar recursos do Tesouro para pagar salários da saúde e da educação, ninguém vai acreditar nisso. Ocorre que a nossa cidade, o Distrito Federal – e aqui vou fazer uma paródia com o que falou Caetano Veloso: “Triste Brasília. Ó quão dessemelhante” – virou uma república de corporações. Nós vimos aqui nesta Casa a quantidade de projetos que vieram para atender às mobilizações das diversas categorias. Se não o fizéssemos, haveria greve, pararia a saúde, pararia a educação, pararia tudo! Embora sejamos os maiores salários do País.

Então, a Câmara Legislativa precisa ajudar os governos a saírem dessa enclacrada. Nenhum estado, nenhum governo pode viver exclusivamente para pagar salários. Tem que fazer investimentos. Existem as despesas de custeio. É fundamental que a gente possa contribuir para ver de conjunto as necessidades do Distrito Federal. Realmente essa proporção que existe hoje dos gastos do Fundo Constitucional com a segurança é preocupante, e o governo tem que reverter isso, porque de fato nós precisamos investir mais na área de segurança pública.

Eu fiquei muito preocupada porque até a diplomacia foi atingida. A gente precisa de fato salvaguardar a vida das pessoas em cada uma das nossas cidades – preservar a segurança pública. Realmente eu estou preocupada tanto quanto os demais companheiros aqui. Só que essa é uma discussão que efetivamente tem que ser solucionada com negociação com o governo, e o Governador Agnelo está absolutamente preocupado com isso e vai buscar alternativas para sanar esses problemas. Eu tenho certeza de que nós brevemente estaremos anunciando aquilo que o governo vai poder realizar no Distrito Federal.

Fica aqui, portanto, mais uma vez a minha admiração pela atitude que o Senador Cristovam Buarque tomou responsabilmente no último sábado. Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou abordar na tarde de hoje dois pontos que eu acho da mais alta importância.

Primeiro, a questão da segurança. Eu acompanho essa questão desde que cheguei a Brasília em 1977. Tem pessoas que estudam há mais tempo como, por exemplo, o professor Manoel Ferreira, que é da Universidade de Brasília, e que disse numa entrevista dada recentemente à TV Record que há 11 anos estuda esse assunto e que a violência praticada hoje não é diferente da praticada há 11 anos. A verdade é que houve um processo de destruição do Distrito Federal, de inchaço do Distrito Federal, sem que os equipamentos públicos acompanhassem esse inchaço que houve.

O Deputado Wellington Luiz falava aqui que, quando assumiu a Polícia Civil no Distrito Federal, a delegacia na qual trabalhava tinha oito agentes. Deputado Wellington Luiz, o problema é que o último... Todo mundo sabe que quem organiza e mantém a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros é a União. A última contratação que tinha acontecido para policiais civis no Distrito Federal foi quando eu era Deputado Federal e fui relator do projeto na Câmara dos Deputados. Portanto, era um descaso completo. Para se ter uma ideia, há 12 anos o Corpo de Bombeiros não contratava uma pessoa. A sociedade não sabe, mas não tinha mais praças no Corpo de Bombeiros. O Governador Agnelo agora que determinou, foram contratados e já estão incorporados 730 bombeiros militares. Iniciou-se no governo de Rogério Rosso um concurso público para contratação de policiais militares, terminou no Governo Agnelo, e já estão incorporados na Polícia Militar 1.300 novos policiais militares. Foi aberto um concurso público agora para a incorporação de mais 1.800 policiais militares. Ainda é pouco.

Outro dado: no Governo Agnelo Queiroz, nós já investimos 600 milhões de reais para a compra de equipamentos para as duas corporações, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Seiscentos milhões! Compramos para o Corpo de Bombeiros Militar os carros mais modernos que existem no mundo, que são de fabricação norte-americana. Antes, comprava-se da Finlândia, porque era rolo comprovado. Eu entrei na Justiça

Eu entrei na Justiça Federal com uma denúncia, felizmente os governos anteriores foram condenados, porque desviaram recursos na hora em que compraram equipamentos para o Corpo de Bombeiros. O Governador Agnelo não, S.Exa. está equipando o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Polícia Militar do Distrito Federal. Os melhores armamentos, as melhores viaturas, estamos comprando-os, eles foram entregues e estão sendo incorporados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

É claro que temos um problema salarial que precisa ser resolvido e que está sendo discutido e trabalhado. Agora, não iremos aceitar, em hipótese nenhuma, a politicagem na segurança pública do Distrito Federal. Quem quiser ganhar a eleição apresente propostas, não venha com esse tipo de discursinho que estão colocando por aí, porque a sociedade já está cheia disso. Até porque todos que criticam o Agnelo hoje já foram governo no Distrito Federal, participaram da destruição que foi feita no Distrito Federal e não levantaram a voz em nenhum momento. Participaram dessa carnificina, que foi a destruição da qualidade de vida do Distrito Federal. Sabíamos que daria nisso, sabíamos que o crescimento desordenado chegaria ao ponto de sermos a unidade da Federação com a mais alta desigualdade social. Hoje, perdemos até para o meu vizinho, o Estado do Piauí. Portanto, é brutal a desigualdade social da distribuição de renda, dado o crescimento desordenado que foi feito aqui no Distrito Federal. Isso aí foi consequência das políticas populistas implementadas no Distrito Federal. Os mesmos que colaboraram com isso, que trabalharam pela destruição do Distrito Federal, que autoridade eles têm agora para virem criticar o Governo Agnelo? Baseado em quê? Participaram dessa indecência, dessa imoralidade e, agora, querem posar de santos, de santas, querem falar de competência.

A primeira vez que eu vi um governo que teve a capacidade de destruir até sonhos, porque o sonho de Dom Bosco foi destruído com o inchaço desordenado do Distrito Federal. E todos se calaram: a imprensa do Distrito Federal, o Ministério Público. Ninguém fez nada, cada um ficou no seu canto assistindo passivamente a destruição do Distrito Federal. Agora, felizmente, há um governo que tem essa preocupação e está no processo de recuperação do Distrito Federal.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que eu quero abordar é que estive hoje com a Deputada Luzia de Paula e com o Deputado Olair Francisco pela manhã participando de uma bonita festa, com um significado da mais alta profundidade, que foi a entrega do Cartão Material Escolar lá na Ceilândia. Só lá existem 12 mil famílias que serão beneficiadas. Cada mãe recebe um cartão do BRB onde são creditados 220 reais, e ela vai a uma das papelarias credenciadas pelo governo, Deputado Prof. Israel Batista, e escolhe um material de qualidade. Acabamos com aquelas licitações superfaturadas que tratavam as pessoas como se todas fossem do mesmo jeito. Agora não, a mãe vai lá e escolhe qual caderno ela quer para o filho, qual o tipo de borracha, são 42 itens que ela está autorizada a adquirir e levar para o seu filho. Portanto, foi um momento realmente bonito, uma festa, cidadania, e aquilo ali é que anima a gente a continuar nessa luta em defesa do Distrito Federal apoiando o Governo Agnelo Queiroz.

Outra grande vitória foi a transformação, no dia de hoje, o governador assinou pela manhã do Sesi de Ceilândia em Escola Parque Ceilândia. É a primeira escola parque fora do quadrilátero do Distrito Federal, em uma cidade-satélite – na Ceilândia. E houve gente aqui que foi contra, porque é contra pobre ter coisa de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

qualidade. Pois vai ter, na Ceilândia, porque o governador assinou hoje uma portaria. O Sesi já é do Distrito Federal. Agora é a Escola Parque Anísio Teixeira, na minha querida cidade da Ceilândia. Eu fiquei extremamente feliz, transbordando de felicidade em ver a transformação que nós fizemos do Sesi, passando-o para a comunidade da Ceilândia, mais especialmente para os estudantes de nossa cidade. É uma bonita escola agora: Escola Parque Anísio Teixeira. É mais uma realização desse homem que realmente se preocupa com a população do Distrito Federal, o nosso companheiro Governador Agnelo Queiroz.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde. Hoje é um dia especial. Como desde o primeiro ano de mandato nessa data eu me pronuncio, hoje não poderia ser diferente. Hoje é um dia especial, porque é a abertura do ano letivo em Brasília, portanto a data mais especial deste ano, de largada. Hoje as nossas crianças e adolescentes retornam às nossas escolas.

Nós tivemos muitos avanços nos últimos anos desde 2011. Mais de 4 mil professores foram nomeados para a Secretaria de Educação. Portanto, estamos atacando frontalmente o problema histórico da falta de professores. Vale lembrar que esse número de nomeações é um recorde na história do Distrito Federal. Neste ano, muitas escolas passaram por reformas importantes. Algumas estão em obras ainda agora, mas este ano também se iniciou com uma preocupação e, nesta data especial, eu queria fazer menção a esse problema, para chamar atenção para isso, para mostrar às autoridades que esse assunto precisa ser resolvido já.

No ano passado, 2013, o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, recurso descentralizado para gestão escolar, foi aprovado aqui na Câmara em 19 milhões. Isso foi no fim de 2012. No início de 2013, decidiu-se, por uma portaria, que se colocaria cerca de 100 milhões para o PDAF. Nós sabemos que portaria não é o instrumento legal para se destinar recurso. Todo recurso destinado tem que passar pela Câmara. Então, houve um erro da Secretaria, um erro que não foi percebido durante o ano inteiro. Nós da Câmara Legislativa aprovamos 19 milhões, uma portaria divulgou a todos os diretores de escolas públicas do Distrito Federal que eram mais de 100 milhões, e obviamente esses diretores gastaram como se tivessem mais de 100 milhões para gastar.

Eu tenho tido encontro com os diretores há cerca de duas semanas e fiquei muito preocupado, porque alguns, Deputado, como o diretor do Centro de Ensino Médio 2 do Gama, estão devendo mais de 200 mil reais. Isso em material da escola. Esse dinheiro teria uma cobertura do PDAF, mas as escolas ainda não receberam tudo relativo ao ano passado. Essa questão, Deputada Arlete Sampaio, me chamou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

muita atenção, porque os diretores reclamam que no ano passado inteiro a gestão de parte da Secretaria de Educação os incitou a gastar dinheiro, dizendo que não gastar dinheiro seria uma incompetência na execução desse orçamento. Acabou que esses diretores gastaram como se tivessem todo aquele recurso, Deputado Olair Francisco, e agora estão endividados. Há diretor de escola classe devendo 50 mil reais.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Quero fazer um aparte muito rápido. Primeiro, eu não entendo como um diretor, que ainda mais é um educador, que entende de conta, etc., etc., faz um compromisso sem ter dinheiro. Mas o meu aparte não é em relação a isso.

V.Exa. hoje vem aqui brindar o início das aulas. Ontem eu estive aqui em plenário com o nosso Secretário de Educação. Fazia tempo que não víamos um início de ano tão calmo como esse, porque as matrículas foram tranquilas. Infelizmente, nós tivemos um problema nas matrículas apenas dos infantis, porque não temos ainda creches suficientes, pois estão em construção.

Mas eu faço um aparte porque, quando V.Exa. vem brindar este momento do início das aulas, eu gostaria de acrescentar em seu discurso – o Deputado Chico Vigilante começou a saudar o momento de hoje de manhã, mas eu não sei se ele foi a fundo – como foi importante o segundo ano desse projeto liderado pela Secretaria da Pequena e Microempresa, que é dar o material escolar a 130 mil alunos da rede pública do Distrito Federal.

O importante, Deputado Prof. Israel Batista, é que as pessoas que têm acesso a esse cartão não podem extraviar aquele recurso para adquirir outra coisa, e o comerciante não pode vender para elas outro produto que não seja para o início de aula.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – É bom para todo mundo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Principalmente para o governo que está fazendo a ação: não se extravia o recurso. A empresa que se cadastra na secretaria, que vai receber esse cartão, vai ter que levar a nota fiscal para a secretaria, e a nota fiscal vai dizer se o beneficiado adquiriu outro produto que não fosse escolar. Outra coisa importante: se ele adquirir outra coisa, o cartão não passa.

É o quarto ano em que V.Exa. vem brindar aqui o início das aulas. Então, há essas coisas positivas. E esse cartão liderado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa vai trazer benefício ao comércio, às famílias e aos estudantes de bem.

Portanto, gostaria de acrescentar isso, que é uma coisa importante. V.Exa. é um educador, um homem que pensa na juventude, se preocupa com a criança, se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

preocupa com o aprendizado da pessoa. É fundamental V.Exa. saber que hoje, nesse início de ano, estamos dando um pontapé importante, que é esse projeto de que fui testemunha hoje lá no Sesi da Ceilândia.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Parabéns, Deputado Olair Francisco. É verdade, é um excelente programa. Falei sobre ele no ano passado. Um programa exemplar, muito importante para a nossa cidade.

Como eu ia dizendo, se nós pegarmos o exemplo do Centro de Ensino Médio 2, essa escola lá do Gama recebeu em 9 de abril de 2013 um documento da secretaria, uma portaria, informando que o recurso do ano seria de R\$ 648.596,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais). E até o final do ano não receberam nada. Agora, a escola acumulou uma dívida de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais) relativa ao ano passado, e o que está previsto para este ano é que ela receba três parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ao longo do ano e uma última parcela de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) – ao todo, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o ano de 2014.

A questão que eu deixo para a Secretaria de Educação é: nós precisamos tratar da dívida que mais de 50% das escolas mantêm do ano passado. É preciso chamar uma reunião sobre essa dívida do passado, e não apenas sobre o PDAF de 2014. O PDAF é uma vitória da educação brasileira. O PDAF são recursos para que a escola administre do jeito que ela entende ser melhor para os seus problemas e desafios. Mas, dessa forma, o PDAF está se tornando uma armadilha para os diretores.

O Deputado Olair Francisco pergunta como diretores fazem dívida sem terem o dinheiro para pagar. Fazem dívida com o documento, Deputado. Tem aqui uma Portaria do Governo, de 9 de abril de 2013, dizendo que eles tinham isso aqui para gastar. E será que é mesmo papel do diretor saber que uma Portaria não tem efeito para transmissão de recursos? Como é que é isso? Não é?

Então, muito triste essa situação, eu tenho respeitado os avanços que acontecem na educação, tenho sido um parceiro, mas eu recebi tantos colegas diretores que confiam em mim por eu ser professor, que eu não poderia deixar de trazer esse assunto à Casa. Essa escola do Gama vai receber nesse ano R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); a dívida do ano passado é de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais). Esse cálculo não bate. Nós temos que resolver isso; do PDAF de 2013 ela recebeu, está documentado, está tudo aqui, zero reais, e é nada menos que a maior escola do Gama.

Então, eu faço esse apelo, e faço essa pressão pelo Poder Legislativo para que a Secretaria de Educação não só discuta o PDAF deste ano. Houve um grande avanço, tenho que reconhecer, este é o primeiro ano em que o recurso do PDAF vai ser colocado ainda no primeiro bimestre do ano; sempre foi colocado no segundo semestre. Então, isso é um avanço. Só que está faltando o dinheiro do ano passado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna hoje são dois assuntos específicos, um sobre habitação e um comentário mais sobre o ângulo orçamentário sobre a crise da segurança pública.

Inicialmente eu venho a esta tribuna para abordar um assunto de elevado interesse social, que trata da situação das famílias da conhecida área de transição do Varjão, Deputado Wellington Luiz, onde residiam em condições subumanas e em situação de eminente risco de desmoronamento por sua localização na encosta do morro.

Antes, peço licença para fazer um breve histórico da situação.

Os moradores viviam nessa área de transição da Quadra 11 do Varjão há mais de uma década, em condições inaceitáveis de habitabilidade, padrão indigno para a Capital da República, fato atestado pela Defesa Civil em laudo que fundamentou a remoção das ditas famílias.

Diante da gravidade, o governo fez a remoção dos moradores, ocasião em que providenciou, entre outras, a concessão de ajuda para custear o aluguel até o assentamento nas unidades habitacionais previstas.

Nessa oportunidade, a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Deputada Arlete Sampaio, em levantamento criterioso, contou 367 famílias em todo o Varjão em condições, ou seja, com necessidade de acesso a uma moradia digna por meio do Programa Morar Bem, prometendo construí-las em caráter emergencial.

Em síntese: a situação, repita-se, com elevado interesse social, que parecia ser resolvida com certa urgência, posto que as famílias foram retiradas da área com o compromisso de serem reassentadas de imediato, ainda não tem qualquer previsão de se concretizar.

E tem mais um óbice: empresas que participaram do certame licitatório para edificar os apartamentos desistiram de contratar com o governo, alegando não ser viável do ponto de vista econômico a presente obra.

Sem solução, se agrava também pelo fato de que o auxílio-moradia que o governo fornece para pagar o aluguel social já não acompanha o reajuste cobrado pelos proprietários dos imóveis.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Nesse sentido, com aguçado senso de responsabilidade e respeito pela causa dos moradores, aos quais me associo, o atual Administrador do Varjão, Chicão, trabalha intensamente no sentido de ajudar na solução desse problema, tendo, inclusive, criado uma Comissão Mista de Trabalho composta por representantes dos interessados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e atuar junto aos órgãos competentes no que tange à construção das unidades habitacionais no Varjão.

Assim é que, na luta para encontrar uma solução definitiva, peço a interferência do nosso Governador do Distrito Federal na adoção de providências necessárias e urgentes, junto ao nosso Secretário e Deputado Federal Geraldo Magela, para completar o processo de assentamento, outrora prometido aos ex-moradores da área de transição do Varjão, uma vez que essas famílias saíram de forma pacífica do local, acreditando na atuação do governo em construir as unidades habitacionais, e esperam até a presente data pelo atendimento.

Outro assunto que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que nesta crise de segurança pública muito se fala de orçamento, Deputado Joe Valle. Já estive em algumas reuniões e muito se fala em orçamento para segurança pública e muitas vezes confundem investimento de obra com orçamento em segurança. A minha abordagem busca exatamente fazer alguns esclarecimentos nesta área, porque sabemos, Deputado Wellington Luiz, que toda crise se vence com trabalho, e a crise da segurança pública, para ser vencida, precisa primeiro de trabalho e de orçamento – vontade política e orçamento – para que seja feita a segurança pública nos moldes que esperamos. Sabemos que segurança pública se faz com recursos para tecnologia e com recursos humanos. Os recursos humanos não só em termos de quantidade – porque qualidade nós temos nos policiais civis, policiais militares e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal –, mas principalmente no fator motivação.

Temos alguns elementos que precisam ser colocados aqui para esclarecimento. Por exemplo, foi instituído, a partir de 2009, risco de vida no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais). Em 2010, esse valor passou para R\$400,00 (quatrocentos reais); em 2011, para R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais); em 2012, para R\$700,00 (setecentos reais); em 2013, para R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais); e a partir de agosto de 2014, passará a ser de R\$1.000,00 (um mil reais). O que temos na Lei Orçamentária de 2014, que foi aprovado no dia 21 de janeiro de 2014, para a área de segurança? Temos no Fundo Constitucional R\$11.664.812.281,00 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e doze mil, duzentos e oitenta e um reais); para o pessoal de todas as áreas, saúde, segurança e educação, temos R\$10.382.749.957,00 (dez bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais); para o pessoal de segurança, temos R\$3.699.480.169,00 (três bilhões, seiscentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e sessenta e nove reais); mais R\$1.658.090.882,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e oito milhões, noventa mil, oitocentos e oitenta e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

dois reais) para pagamento do pessoal inativo da segurança. Investimento em todas as áreas dentro do fundo, temos R\$347.917.748,00 (trezentos e quarenta e sete milhões, novecentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e oito reais); e o custeio das três áreas que compõem o Fundo Constitucional, R\$934.145.976,00 (novecentos e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais), sendo que o pagamento de saúde, Deputado Wellington Luiz, é de R\$3.108.000.000,00 (três bilhões, cento e oito milhões de reais). O pagamento do pessoal da educação é R\$2.818.808.000,00 (dois bilhões, oitocentos e dezoito milhões, oitocentos e oito mil reais); ou seja, pela primeira vez não vieram discriminadas as áreas de saúde, educação e segurança dentro do Fundo Constitucional, o que deve facilitar a gestão do fundo por parte da Secretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal, podendo fazer alguns remanejamentos no sentido de extirpar essa crise existente.

Nós sabemos que o GDF pode remanejar até 30% do total, conforme foi aprovado na Lei Orçamentária Anual por decreto. Concluindo, 89% do Fundo Constitucional do Distrito Federal estão reservados para pagamento do pessoal de segurança pública, educação e saúde, ou seja, 89% de todos os recursos do Fundo Constitucional estão destinados a pagamento de pessoal, sendo que 45,92% do Fundo Constitucional estão reservados para pagamento de pessoal da segurança, 26,64% para o pessoal da saúde e 24,07% estão reservados para pagamento do pessoal da educação.

Mas na criação, Deputado Joe Valle, do Fundo Constitucional — temos que nos ater a essa redação — prevê-se que os recursos serão para organização e manutenção da segurança pública e assistência da área de educação e saúde, ou seja, o objetivo principal da criação do Fundo Constitucional sempre foi focado na área de segurança, complementando que poderiam ser assistidas com os recursos do Fundo Constitucional a educação e a saúde, de forma que o GDF, desse montante, pode remanejar até 3 bilhões e 884 milhões da Lei Orçamentária Anual de 2014, conforme a lei permite, conforme nós a aprovamos.

A atual situação do pessoal da PM também, cujos quantitativos variam de acordo com cada reunião que é feita, é a seguinte, Deputado Wellington Luiz: 14.600 é o quadro de pessoal na ativa; inativos são 3.500 e há 3.700 pensionistas, no total de 21.800 pessoas, entre ativos, inativos e pensionistas. A folha de pagamento da área de segurança do mês de janeiro foi de 206 milhões de reais.

Quais são, pela pesquisa feita, Deputado Wellington Luiz, os principais fatores dessa Operação Tartaruga identificados, conversando com alguns policiais, sejam oficiais ou praças? Pagamento de gratificação aos comandos, e pouco aos praças; tropa sem plano de carreira; promoção, que não significa aumento salarial; o último aumento real foi feito em 2009; hiato entre disponibilidade de vaga com pessoal habilitado e vice-versa; troca de comando — já houve cinco comandantes-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

gerais em pouco período de tempo —; o Comando-Geral, segundo a alegação dos policiais, não tem acesso direto ao governo.

Existe aumento significativo em outras carreiras, como agentes penitenciários, agentes do Detran e pessoal da saúde, sem que haja aumento para os policiais. Às vezes, determinadas categorias merecidamente estão ganhando bem, mas muitos deles ganham mais do que policiais que já estão praticamente com 10 anos de carreira, o que desmotiva os policiais. Promessas feitas durante o período eleitoral não foram cumpridas.

Os representantes das categorias estão enfraquecidos por não ter acesso, por não ter como lutar pelas reivindicações das categorias que representam; há proximidade das eleições e falta de um comando mais forte estabelecido pelos comandantes de área, dada a rotatividade. Às vezes, o pessoal alega que não conhece o nome do comandante pelo nome, porque há essa rotatividade muito grande. E indisciplina, em alguns casos, da tropa.

A legislação penal, que está sendo muito batida pelo Secretário de Segurança Pública, é branda — ou seja, aquele negócio de se prender o menor e, após 45 dias, ele está fora. Ou quando se prende o sujeito, em pouco tempo ele está fora, e se instala aquele ciclo em que se prende o sujeito, ele comete crime e depois tem que voltar novamente.

Então, existe como consequência, Deputado Joe Valle, principalmente o quê? O aumento da criminalidade, a sensação de insegurança, a exploração na mídia — praticamente todo o espaço da mídia está sendo preenchido não só local, mas em nível nacional com o problema da segurança de Brasília —; muita exploração política do evento; surgimento de lideranças dentro do movimento fazendo promessas, como é comum no meio político, de solucionar ou do tipo: se eu for eleito, eu prometo resolver.

O fortalecimento de antigas lideranças, que já estavam alijadas dos processos e estão ressurgindo novamente, alegando que em sua época isso era muito bom. E a criação de uma zona de conforto para quem não quer trabalhar, porque em um momento de crise, quem realmente não tem muita vontade de trabalhar, quando se junta a um grande grupo de pessoas, elas se aproveitam desse momento, já que gostam de fazer corpo mole, para fazer um corpo mole maior.

Eu não sei se é verídico, mas há informação de que, pelo não acompanhamento, colocou-se um percentual muito elevado da tropa de férias no período de dezembro e janeiro. Chegou-se a dizer que ao ir aos quartéis, Deputada Arlete Sampaio, viam-se muitos carros nos pátios que deveriam estar nas ruas, porque provavelmente se concentrou uma grande quantidade de policiais de férias em dezembro e janeiro, deixando um espaço maior da ausência deles nas ruas, provocando exatamente o aumento da criminalidade e culminando com essa crise que foi aí instalada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Existe uma série de sugestões do ponto de vista orçamentário: o que o governo pode fazer para resolver isso? Nós precisamos resolver esse problema de concurso, do aumento da quantidade de policiais. Isso não se dá em um instalar de dedos, pois existe um processo. Existe um processo para contratar mais de 3 mil policiais civis. Há necessidade de que o governo faça um gesto de pegar o projeto de reestruturação que corrija essas distorções salariais e crie uma carreira dentro da Polícia Militar. Existe esse projeto, Willemann? Algumas pessoas têm esse projeto. Ele é bem fundamentado e foi constituído por uma comissão. Mas a gente não sabe se o governo teve acesso a esse plano de reestruturação.

Que o governador o transforme em uma exposição de motivos à Presidente Dilma e que ela possa fazer isso em forma de mensagem ao Congresso Nacional, o qual transformará essa mensagem em projeto de lei que dê expectativa e esperança de que os policiais militares vão ter um plano de reestruturação de carreira, para que eles saibam onde estão e onde podem chegar.

Outra alegação também que é muito feita sobre o preenchimento – eu tive o cuidado de ficar ouvindo várias pessoas de várias áreas, oficiais, que gostam do governo, e outras que não gostam – é que o sujeito está cabo, e vai para sargento, e aí abre, em decorrência de aposentaria – sargento aposentado –, às vezes tem cinquenta, sessenta vagas. Em vez de se fazer gradativamente a ascensão, fazer a ascensão natural dos cabos às vagas de sargento, às vezes se espera quatro, cinco, seis, sete anos para juntar um pacote e levar todos para preencher aquelas vagas, em vez de ter uma ascensão funcional imediata, para o sujeito saber: se houver essa vaga, como eu estou aqui na prioridade, eu vou subir automaticamente.

É esta série de fatores que provavelmente culminou com essa crise: a falta de perspectiva de um plano de reestruturação, e provavelmente há uma grande ausência de policiais em decorrência de concentração de férias em período de fim de ano, que culminou com o elevado grau de criminalidade em Brasília. Sabemos que temos condições orçamentárias e financeiras, com ajuda do governo federal, de corrigirmos essa situação.

O que se percebe desse jogo é que é um jogo perdedor, perdedor para a população, perdedor para os deputados distritais e federais, para senador, para governador, não tem ganhador nessa crise. Ninguém pode dizer que vai ganhar com essa crise. Pode até esporadicamente dar discurso para alguns, mas ninguém ganha. Esse é o tipo do jogo que se todo mundo não se unir para resolver, quem está sendo prejudicado somos todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa).

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria usar a tribuna nesta tarde primeiro para falar... A Deputada Eliana Pedrosa já falou sobre o evento que houve hoje na associação comercial.

Quando não damos conta de resolver o problema, pomos a culpa no governo passado, na gestão passada, até porque a solução de uma crise precisa ter uma ação pontuada.

Eu não quero politizar o debate da segurança pública, mas não podemos também politizar a resposta imediata para a população que está esperando.

Ontem eu falei isso. Não sei se o Deputado Joe Valle estava no momento da minha fala, mas eu falei que essa crise é de todo mundo, inclusive do Poder Legislativo. Essa crise não é só do Governador Agnelo, é nossa também porque nós somos os representantes da população. Se, durante o tempo em que somos parlamentares, a segurança está ruim, é responsabilidade nossa também.

Então, eu acho que nós temos de encarar todo esse problema com muita maturidade para que a população tenha confiança de que estamos buscando a melhor solução. E não criar o caos, não piorar o caos que está instalado. É isso que a população tem cobrado de nós.

Ontem foi dito aqui em vários discursos, como nos dos Deputados Patrício, Wellington Luiz e Dr. Michel, que estava presente e fez uma belíssima fala na associação comercial. S.Exa. conhece com profundidade a segurança pública, é aquela pessoa que combateu o crime diretamente e é importante ouvirmos as pessoas e os especialistas em segurança pública, mas eu queria fazer uma observação.

A Associação Comercial do Distrito Federal e a Fecomércio fizeram duas cartas. Eu acho que é um momento de reflexão para nós quando os comerciantes batem à nossa porta, à porta do Poder Legislativo e falam assim: "Nossa, vamos fechar, vamos parar porque não é só a insegurança, também é o sentimento de insegurança". E aqui eu quero parabenizar o Secretário Sandro Avelar por ter ido lá. Esse é um momento de dificuldade, e essa crise tem de ser enfrentada, mas o que me deixa, às vezes, perplexa é a falta de ações claras. Sabe, Deputado Joe Valle? Por exemplo, ontem, o Deputado Patrício disse que 50% da tropa estão na atividade meio. Cadê uma coordenação para colocá-los nas ruas? Eu acho que essas soluções que precisam ser imediatas e devem ser adotadas pelo Poder Executivo precisam ter um calendário, precisam ser discutidas.

O Deputado Dr. Michel colocou um debate que é importante ser feito: a maioria penal. Será que não é o momento de discutirmos também isso, se é bom ou se é ruim? Será que nós vamos aliciar os nossos jovens agora menores do que...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Se a gente conseguisse diminuir a maioria penal... Eu acho que é um debate amplo que precisa ser feito.

O que não dá para aceitar é fazermos de conta que não existe nada. Isso não dá! Eu tenho certeza de que todo governador que passou pelo Governo do Distrito Federal teve a sua parcela de responsabilidade em tudo que está aqui hoje, tanto nas coisas positivas, quanto nas coisas negativas. Isso faz parte da herança. Agora, a gente não assumir o que está acontecendo, falando do inchaço da população é muita irresponsabilidade, é muita falta de maturidade. É muita. Porque se formos parar e pensar assim, nunca vivemos uma crise assim em nenhum governo. Como está instalada hoje, em nenhum governo.

Não é só o crescimento populacional. O crescimento populacional existe, ele é normal, tanto que os índices vêm crescendo, mas vêm crescendo de maneira paliativa junto com o crescimento. Quando o índice e as estatísticas ultrapassam 50% para um mesmo período do ano anterior, quando não dobramos a população de Brasília de um ano para outro, não há nada que os justifique.

Nova Iorque, Deputado Joe Valle, tem menos efetivo que Brasília e funciona porque há uma unificação da carreira. Lá o policial tem responsabilidade de fazer tudo: pode autuar, pode multar, pode abrir inquérito. Ele tem a responsabilidade de fazer. É claro que esse debate não é só nosso, da Câmara Legislativa. Ele é, principalmente, do Poder Executivo, da Presidente Dilma, mas não encarar isso com muita responsabilidade seria infantil da nossa parte.

Então, eu só queria reportar a todos vocês, colegas que estão aqui, que o que foi colocado hoje na Associação Comercial foi um pedido de socorro. As famílias que estavam lá, os empresários que estavam lá... Mais de 1.900 comércios foram fechados na Asa Sul e na Asa Norte.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina, eu sei que a senhora está falando. Talvez até o tempo da senhora já esteja se esgotando, mas eu não poderia deixar de apartear-la.

Eu fiz ontem um questionamento, um ponto de observação. Eu disse o que a gente poderia fazer para voltar ao clima de estabilidade na sociedade. Então, todos nós estamos unidos num só objetivo. E a gente sabe, eu particularmente sei que isso não é um problema da Polícia Militar. Não é a Polícia Militar que fez ou que faz a insegurança. Não são os trabalhadores. Não são os policiais que fazem isso. É gente do mal. Então, a gente não pode transferir, Deputado Wellington, a responsabilidade. O senhor está presidindo a sessão e é da força de segurança, é um policial civil. O senhor é policial civil, o seu irmão é policial civil. Eu vim aqui conversar com o senhor sobre o Peixotão. Ele é policial civil, o irmão dele é policial



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

civil. Toda essa sociedade ligada ao senhor é policial civil. A minha geração, as pessoas ligadas a mim, meu irmão, meu primo, nós somos ligados ao comércio. E a gente não pode deixar que transfiram a responsabilidade para a Polícia Militar ou para a Polícia Civil, porque na Polícia Militar, na Polícia Civil, no segmento da segurança da comunidade do Distrito Federal – a gente que acompanha bem essas coisas sabe bem – não vemos nada que venha ferir a moral, a ética dessas corporações.

Está inseguro? Está acontecendo algum problema? Está. Mas nós jamais podemos transferir a responsabilidade para esses trabalhadores, para esses homens de bem, que dedicam suas vidas, que estão à disposição do povo do Distrito Federal, que colocam a sua vida, a vida da sua família em risco para nos dar segurança. Em Samambaia mesmo, no ano passado, eu me lembro muito bem de que eu fui ao velório de um cidadão da Polícia Militar que havia feito a prisão de um cidadão havia dois meses e o cidadão descobriu onde ele morava e quando ele estava saindo de casa, teve o carro fuzilado, quase levando a óbito não só o policial, mas a família quase toda.

Tantos já perderam a vida por trabalharem na Polícia militar ou na Polícia Civil. A senhora está trazendo aqui o pronunciamento mais equilibrado da tarde de hoje. Nós que somos representantes da comunidade do Distrito Federal temos aqui a nossa responsabilidade. Nós não podemos, não devemos e não vamos aceitar que transfiram isso para as nossas forças da Polícia Civil, da Polícia Militar. Tem um problema? Tem. Onde está a solução? O que nós podemos fazer? Aí, sim, começa a resolver o problema da segurança pública da comunidade de Brasília e de quem vem a nossa capital.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.

Só para concluir, Sr. Presidente, hoje, na Associação Comercial, eu falei isso para ele, por isso eu tenho toda tranquilidade de falar isso nesse Plenário. Nós estamos vivendo uma crise, uma crise anunciada. Você imagina que nós demos aumento para 30 categorias e uma categoria que teve um documento assinado sequer foi recebida pelo governador. Sequer foi recebida. Poderia até chegar para a tropa e dizer: “Eu não tenho condições de fazer. Vocês precisam ser parceiros meus. Não tenho condição de fazer agora”. Fazer como ele fez com a categoria da saúde à qual prometeu as 20 horas para 2015. Mas é uma programação.

Então, não dá para colocar a população contra a tropa, senão, sabe o que vai acontecer aqui? Vai virar uma guerra civil, Deputado Joe, porque a população vai começar a olhar para a tropa como se estivesse olhando para bandido, e não é verdade, Deputado Joe. É uma crise anunciada! Atividade de policial é diferente da atividade nossa, porque o policial está colocando a vida dele em jogo, está colocando a vida dele. Então, eu acho que isso tem que ser tratado com muita seriedade. A população não pode ser refém, mas o policial tem que também ser recebido. Dizem:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

“Ah, são várias associações”. As lideranças juntam todas elas. A equipe de inteligência do governo funciona tanto para espionar os parlamentares, todo mundo, para fazer arapongagem em cima dos Parlamentares, por que não funciona para juntar essas lideranças, sentar com elas e fazer uma proposta? Eu acho que é isso: uma proposta clara.

Faz uma semana, Joe, que estamos ouvindo: “Essa crise, essa crise”. Se eu fosse governadora, eu tinha atendido essas lideranças pessoalmente. São quinze? São vinte? Vamos lá. É a sociedade que está pagando o preço. Eu diria: “Não tenho condição de fazer agora, mas vou lá bater na porta da Dilma, porque ela é do meu partido. Eu vou bater na porta dela para tentarmos resolver”. É uma sensação de que se está fazendo alguma coisa, de que se tentou, de que se movimentou. Eu acho que é isto: pelo menos, tentar. É dessa sinalização que acho que essa tropa precisa verdadeiramente. Não é para cumprir o papel, que eles têm cumprido. Todo dia, Joe, eu saio e converso com um policial. Paro na rua, converso com um, converso com outro. A fala deles geralmente, Joe, é assim: “Deputada, nós estamos sozinhos, nós estamos abandonados.”

Acho que esta Casa amanhã vai dar uma demonstração de que eles não estão sozinhos. Nem a sociedade está sozinha. Ela tem a Câmara para representá-la. A Polícia Militar, que virou vilã e não é vilã, também tem a Câmara para representá-la.

Então, eu queria dizer, com muita maturidade aqui nesta tarde, ao Deputado Olair, cuja palavra foi muito sensata, aos nossos amigos aqui da segurança pública e ao Deputado Joe, que é do meu partido, que faz um trabalho exemplar, que tem um projeto do batalhão rural e que tem envolvimento com segurança, que esta Casa amanhã fará um debate. Talvez seja a primeira vez que essas lideranças vão ter o direito de falar aqui, falar aqui neste microfone, para que entendamos o que elas querem e para que escutemos do governo o que pode fazer.

Hoje, Joe, lá na associação comercial, as pessoas falavam assim: “Não adianta falarmos da crise”. A comissão amanhã não é para falar da crise. A crise, todo mundo sabe que está aí. Acho que a comissão é para falar de solução, de proposta. Acho que o que uma oposição séria faz é isto: apresenta proposta, traz solução. É como o Deputado Joe tem colocado: é proposição, não é oposição, é proposição. Quem está no meio desse tiroteio aí é a população de Brasília. E há, sim, responsáveis. Não adianta o secretário estar lá sentado. Não é S.Exa. que vai ao governador, à Dilma. É ato do Executivo uma reestruturação salarial, e isso precisa ter, nem que seja uma sinalização.

Hoje não tivemos *quorum* para falarmos sobre a comissão, mas amanhã a comissão vai acontecer de qualquer jeito. Já falei com o Deputado Agaciel sobre isso. Sabemos dos compromissos dos parlamentares, mas eu queria pedir a todos que amanhã estejam presentes, porque esse debate é de todos nós. Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Celina, só para reforçar, contribuir com o que foi dito por V.Exa. e pelo Deputado Olair Francisco, a prova de que a responsabilidade pelo que está acontecendo com a segurança pública não é desses policiais é o que está acontecendo no Brasil. Há outras unidades da federação onde a Polícia Militar e a Polícia Civil não estão em nenhum outro tipo de operação, reivindicação, e a violência tomou conta. Os fatores são outros.

Agora, aqui no Distrito Federal, apesar da Operação Tartaruga ou da greve dos policiais trazer transtorno à sociedade, a sociedade tem que agradecer, porque aqui os policiais reivindicam melhores salários porque vivem deles, dependem dos seus salários para viver. Quando a polícia não reclama que o salário está baixo, aí, sim, a população tem que reclamar. É porque está buscando de outras fontes que não as fontes legais. Então, temos que ficar atentos a isso. Policial civil, policial militar, policial federal, qualquer outro policial, como bem disse V.Exa., têm como instrumento de trabalho a própria vida. É a vida deles que eles colocam em risco. Têm que ser tratados como tal.

Fico muito triste quando alguém da imprensa diz: “Ah, o inicial de um policial militar é quatro mil reais”. Será que alguém da imprensa tem coragem de ter um salário de 4 mil reais para ir à Ceilândia trocar tiros com bandidos? Quantos que estão aqui terão coragem de fazer isso? Não é só da imprensa, não, mas de qualquer outro segmento. Por quatro mil reais, deixar a família desamparada, quatro ou cinco filhos sem pai ou sem mãe? Quantos companheiros nossos perderam a vida e, às vezes, sequer têm o reconhecimento do Estado, sequer têm indenização do Estado. Muitas vezes, eles ainda têm o salário cortado, porque hoje ainda se corta o do pensionista, há o percentual de corte. Então, essa é a indenização que o policial ou a família do policial recebe quando ele perde sua vida. Então, é assim que o Estado trata seus servidores.

Volto a dizer que temos que ter outra ótica para as reivindicações dos policiais. Eles estão reivindicando é por que, do salário, eles dependem. Eu espero que Brasília continue dessa forma, que nós, policiais, continuemos brigando por melhores salários, porque é dele que nós vivemos.

Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós aprovamos um projeto com relação ao transporte em que o Governo ia pagar a indenização dos trabalhadores das empresas de transporte público do Distrito Federal que perderam a licitação. Se não tivéssemos aprovado aquele projeto, se não pagássemos os trabalhadores, isso iria trazer vários e vários problemas. Correto?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que determinasse à Mesa que buscasse as informações. Eu recebi uma denúncia em nosso gabinete sobre as pessoas que também trabalhavam no mesmo segmento, na mesma empresa que não eram motoristas, que trabalhavam na parte da gerência ou na parte de... Vamos dar um exemplo: os ônibus vêm aqui para a rodoviária, e lá fica uma pessoa trabalhando para verificar se os ônibus chegaram, se os ônibus estão saindo etc. Essas pessoas não estão sendo indenizadas. E lá há trabalhadores de 10, 15, 20 anos, cujas rescisões foram feitas totalmente fora da lei.

Não sei se V.Exa. sabe, mas quem tem acima de 20 anos de empresa tem o direito de receber o aviso prévio durante três vezes devido ao tempo de trabalho. É uma nova lei que saiu aí. Não sei se V.Exa. sabe. Mas o mais importante da denúncia é que essas pessoas que não são motoristas, que não são cobradores, que trabalham na gestão da empresa, que são do mesmo segmento, que também perderam seus postos de trabalho não estão sendo beneficiados pela lei que aprovamos aqui. As empresas estão se negando a fazer esse acordo. Quando fazem, elas fazem totalmente fora da lei.

Aprovamos uma lei para resolver o problema de quem trabalhava no transporte público do Distrito Federal, autorizamos o Governo a fazer o pagamento. Eu não acredito que votamos uma lei para pagar A e B e C ficar de fora. Não fazemos uma lei diferencial. A lei é para todos.

Eu tenho a denúncia em nosso gabinete. Então, eu gostaria que V.Exa. determinasse, como membro da Mesa, como Presidente, que fôssemos atrás das informações, para ficarmos sabendo o que está acontecendo, para tomarmos as devidas providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Olair Francisco. Vamos tomar as devidas providências, encaminhar à Mesa para que todos os esforços sejam eivados no sentido de tentarmos solucionar o problema, que, de fato, é muito grave. Portanto, vamos fazer o que tiver de ser feito, até porque é obrigação desta Casa apurar isso.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros que estão ouvindo nos gabinetes os pronunciamentos.

Realmente, ontem nós ficamos aqui, Deputado Wellington Luiz, até mais de 7h da noite num debate interessante, extremamente importante sobre essa crise instalada. Há o reconhecimento de que há uma crise. Existe uma crise e todo mundo sabe disso. Quem estiver falando que não existe, ou não mora em Brasília, ou não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

pertence à nossa sociedade. Existe uma crise instalada e séria, mas uma crise cíclica que acontece, como conversei ontem, várias vezes. Tivemos até troca de tiros entre policiais militares e civis, em um determinado momento, uma situação muito parecida nesse processo.

Quero falar da minha companheira de partido, Deputada Celina Leão, que teve a iniciativa de realizar esta importante Comissão Geral para amanhã e compartilhou isso ontem, com todos os Deputados de segurança que estavam aqui. Quero também dizer que aqui, hoje, ouvi o discurso do Deputado Agaciel Maia. Ouvi, ontem, o Deputado Patrício e o Deputado Dr. Michel, com bastante conhecimento de causa, e percebi claramente, sendo na questão orçamentária... Hoje, o Deputado Agaciel Maia mostrou como fazer o processo de remanejamento; ele, que foi Presidente da CEOF, uma pessoa ligada a esse processo. Ontem, o Deputado Patrício deu uma aula de como fazer a segurança na PM, aqui no Distrito Federal. S.Exa. falou: "Olha, acaba com os quartéis dessa forma, centraliza dali, volta de cá". O Deputado Dr. Michel falou o que achava que deveria se fazer na rua com os bandidos, como V.Exa. também disse.

Então, tenho certeza absoluta de que temos capital intelectual para ajudar muito na resolução dessa crise, seja para fazer essa articulação que já está sendo feita – e, aí, independentemente de Situação ou Oposição –, seja para fazermos um debate aprofundado e sério sobre segurança pública, nesta Casa, para que possamos, de uma vez por todas, colocar à disposição da população do Distrito Federal um plano de segurança pública para o Distrito Federal, um plano de longo prazo, que não existe e nunca existiu. Os governos não pensam no longo prazo, mas a Casa Legislativa, representando as pessoas, pode fazer isso, até porque tem capital intelectual, tem capital de conhecimento prático aqui dentro que pode fazer essa grande diferença para a nossa Capital, para a nossa cidade.

Então, acredito que amanhã, a Comissão Geral – e a Deputada Celina Leão, inclusive, deu abertura para todos os Deputados assinarem. O Deputado Patrício havia apresentado também um requerimento –, será o primeiro momento dessa discussão. Que amanhã consigamos resolver, pontualmente, o processo dessa articulação, e que possamos, já na semana que vem, voltar a conversar sobre isso, montando um seminário e chamando todas essas lideranças.

Tenho certeza absoluta de que as lideranças da Polícia Militar, as lideranças da Polícia Civil, o que eles querem é resolver o problema da segurança, porque, como disse o senhor, há pouco, eles vivem colocando sua vida em risco, todos os dias. Só sabe o que é colocar a vida em risco quem a coloca, quem vai para a rua e está vendo esse processo acontecer.

Vejo que a solução está posta. É claro que é um problema de gestão pública, e tenho alertado para isso. Em todos os momentos, desde 2011, falo desse processo de gestão, faço sugestões, trabalhamos nesse processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Não existe plano de longo prazo em nenhuma instituição pública. Vou falar na instituição pública federal, com a qual tenho uma ligação enorme, porque é minha área e eu a conheço, que é a agricultura. No Ministério da Agricultura, o último planejamento estratégico no país do agronegócio foi em 1975. Imaginem, então, o resto como é que funciona. A gente está vendo aí essas crises anunciadas acontecendo e a violência no Distrito Federal explodindo.

Como falei ontem, se você não tratar a causa desse processo... vamos fazer esse enfrentamento agora com Oposição – Situação, Oposição, povo, ou sem povo –, mas ano que vem vamos começar tudo de novo. E depois do ano que vem, tudo de novo. E as crises, que eram em ciclos mais longos, vão encurtando seus ciclos e acontecendo mais amiúde. Mais frequentes serão as crises, porque o processo do cidadão nesse mundo de consumo em que estamos, nessa sociedade que temos, sem o equipamento público necessário, sem a gestão adequada, leva-o, realmente, a esses caminhos tortuosos do crime. E as nossas crianças, que não nascem criminosas, não nascem bandidas, tornam-se bandidas, pela má influência de onde vivem, pela falta de equipamento público, pela falta de política pública e pela falta de oportunidade.

Nesse momento, em todo o país, na forma em que vivemos na nossa sociedade de consumo, nesse modelo em que a renda aumentou e não existe plano para o futuro, plano de longo prazo, a velocidade de transformação dos nossos meninos e , sem a atenção adequada, em bandidos é muito maior e sempre será do que a capacidade de as polícias se prepararem para esse enfrentamento.

Então, precisamos, sim, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Patrício, V. Exa. que falou sobre isso ontem, fazer esse enfrentamento pontual e agora, urgente. Amanhã começa, e acho que todos os Deputados têm de estar aqui, nesta Comissão Geral, de tão importante que ela é. Que todos os líderes da polícia que tenham suas sugestões, das polícias ao cidadão, que está aí, acuado, dentro de casa pela sensação de insegurança... É uma sensação de insegurança que não reflete nem o que realmente está acontecendo, porque esse aumento... Não importamos bandidos. Eles estavam e estão aqui. Não aumentou em 50% o número de bandidos aqui, mas a sensação de insegurança é gigante, e ela é pior muitas vezes do que a própria insegurança instalada pelos meios físicos que temos.

Então, estarei aqui e acho que todos os Deputados devem estar aqui, especialmente os da bancada da segurança nesta Câmara Legislativa, que, como já falei, são 9, se não me engano, a fim de que possamos ajudar a resolver essa crise em relação à sociedade e, mais do que isso, começar um trabalho muito sério para discutir uma boa política de segurança pública de longo prazo para o Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Falamos, ontem, que são diversos os fatores que influenciam esse resultado caótico que temos. Volto a falar – bato muito nesta tecla – na questão da impunidade, Deputado Patrício. Ontem, comentamos um caso que vivenciei, de um sequestrador, em que a prática dele é justamente a tortura psicológica. Quando investigado, quando levado à polícia, reclamou que estava sendo torturado psicologicamente, porque havia uma pressão para que ele dissesse onde estavam os demais sequestradores. Então, ele, sequestrador, vai à justiça denunciar o policial por tortura psicológica, quando o que ele fez no cativeiro foi torturar exatamente as suas vítimas. E mais: se os nossos policiais não tivessem bons advogados, seriam punidos, inclusive com a perda da função, porque a tortura, os senhores sabem, é extremamente grave. A Lei nº 4.878 é de 1965 e nos coloca fora da nossa atividade policial, inclusive deixando a nossa família desamparada. Então, há uma inversão total de valores.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, sei que o plenário está vazio, mas vim aqui para me manifestar sobre uma questão. Não vou entrar agora no debate sobre a segurança pública, sobre a crise que vive o Distrito Federal, Deputado Olair Francisco, Deputada Celina Leão, Deputado Joe Valle, até porque ouvi atentamente os discursos de todos os Deputados, ontem fizemos várias intervenções, e todos os Deputados, nas suas falas, contemplaram, de alguma forma, é claro, todos os profissionais.

Vou apenas lembrar uma questão de que falei ontem: eu não fujo do debate, de nenhum tipo de debate. Não tenho medo de nenhuma discussão, não tenho o rabo preso com ninguém nem vou ter. Sigo o meu mandato da forma que sempre segui. Portanto, tenho muita tranquilidade, Deputado Olair Francisco. V. Exa. sabe disso, pois trabalhou comigo na Mesa Diretora da Câmara Legislativa e viu como agíamos, contrariando, inclusive, interesses de vários parlamentares. Mas era o que a sociedade queria. Acabamos com o 14º e com o 15º, instituímos o Ficha Limpa, por meio de um projeto de autoria de V.Exa., que foi o PELO nº 01, e também pusemos fim ao nepotismo na Câmara Legislativa. Alguns Deputados não tiveram coragem de exonerar os parentes, mas baixamos um ato e exoneramos todo mundo em trinta dias, após várias reuniões.

Mas não foi por esse fato que vim aqui. Amanhã, teremos uma Comissão Geral, de autoria de vários Deputados, que foi sugerida pela Deputada Celina Leão. Quero pedir às pessoas e a todos os Parlamentares e lideranças que vierem amanhã que tenhamos um foco: construir soluções. Não é fazer palco político, nem debate ideológico. Como eu disse ontem, existe uma crise instalada de desgoverno, de anos e anos. Não é culpa só desse governo. É culpa dos governantes anteriores também. São “n” causas. A violência não é o único fator. Não é só em função da falta de efetivo, da falta de preparo ou de salário. É uma questão social e atinge não só o DF como a humanidade toda. É bom que pensemos nisso. É uma questão de perda de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

valores e também de perda da referência das famílias. Uma série de questões levam à onda de violência e à insegurança pública. É bom que a gente tenha isso em mente.

É preciso ter responsabilidade quando se faz o debate. Por isso eu vim aqui e coloquei que existe um culpado: o Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, a “rainha da Inglaterra”. Parece que ele se envolveu numa bolha, mas numa bolha tão grande... Primeiro, ele disse que não havia operação tartaruga, depois disse que não havia insatisfação, depois ele diz que é a favor de um reajuste, depois ele não quer falar. Ontem, depois das intervenções dos parlamentares aqui e dos índices de violência subindo... Eu vou propor amanhã aqui para ele: que ao invés de secretário de segurança, ele seja contador, porque ele vem omitindo os dados da segurança pública, maquiando os números e diminuindo. Agora os números estão aí. Se não tivesse tido a crise que houve em janeiro, talvez ele saísse para campanha bem, pronto para uma eleição talvez. Ninguém ganha uma eleição... Eu quero deixar claro aos companheiros da base e da oposição, seja quem for que pleiteie qualquer cargo: ninguém ganhou nem perdeu eleição ainda. Aliás, o jogo nem começou. Tem muita gente achando que é candidato e não vai ser. Olha, eu não sou profeta: tem muita gente achando que vai ser candidato e não vai ser.

Eu assumi o cargo de corregedor da Câmara no ano passado, V.Exa. lembra disso, houve um embate aqui no plenário, Deputado Wellington Luiz. E nós não tínhamos a previsão de Deputados cassados. Nós tivemos um Deputado que foi cassado por 18 votos aqui no plenário. Nós temos um processo em andamento. Querendo ou não, isso será julgado por este Plenário no início do mês de março deste ano. Nós podemos ter mais casos chegando à Câmara.

As polícias estão trabalhando, o Ministério Público está trabalhando. A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal não pararam de trabalhar. Eu vou continuar defendendo: quem cometer algum erro que pague pelo seu erro. Aqui não tenho acordo com governador, com o governo, com nenhum Deputado. O que chegar às minhas mãos como corregedor, eu vou agir à luz da justiça, como eu agia como policial na rua, do mesmo jeito, para poder olhar no olho de cada um.

O debate da segurança pública tem que ser feito com razão. O Secretário ontem, depois das intervenções, praticamente fez uma intervenção na Polícia Militar, uma ação da ditadura que ele baixou na Polícia Militar. Levou para lá uma assessora de comunicação que era da Secretaria de Segurança Pública, cujo esposo era também assessor de imprensa de comunicação do GDF. Tiraram os policiais que cuidavam da comunicação social da Polícia Militar, que não são responsáveis pela crise e conhecem bem a situação, e colocou essa senhora. Eu não vou falar o seu nome em respeito a ela e ao seu esposo, não precisamos disso, mas quem quiser pode olhar. Ela assumiu a coordenação de comunicação da Polícia Militar e agora só passa informação para a imprensa por escrito, seja da Polícia Militar, seja do CIAD –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Centro Integrado de Atendimento e Despacho, talvez para esconder os números. Que todos saibam disso.

Uma coisa é fato, Deputado Olair Francisco: existe uma sensação de insegurança na cidade. E não é com a “rainha da Inglaterra”, escondendo números, que a sensação de segurança voltará. É bom que a “rainha da Inglaterra” se levante da cadeira e deixe de ir, Deputada Celina Leão, aos debates, às audiências. Amanhã, para ser bem honesto com V.Exa., nós vamos fazer debate aqui, vamos apresentar soluções, sugestões, propostas, mas isso não significa que a situação estará resolvida. É mais um debate, mais uma proposta. E tem que haver debates, propostas, porque todo mundo tem a contribuir. É bom que isso fique claro.

Nós teremos momentos de encaminhamento no Governo Federal. Eu hoje falei com os três senadores de Brasília e com os oito Deputados daqui. Nós precisamos nos articular no Congresso Nacional. Nós precisamos nos articular para a aprovação não só do plano de reestruturação dos policiais e bombeiros militares, mas também de ações da segurança pública que não dependem só do Governo do DF e de projetos da Câmara Legislativa, que dependem do Congresso Nacional.

Então, é preciso que cada Parlamentar, que já compõe um partido, uma bancada, faça a interlocução e a articulação junto com os companheiros do Congresso. Eu estou em contato com os deputados e senadores também no Governo Federal e estou todos os dias falando com o governador. Falei hoje pela manhã com o governador, com o Secretário Wilmar Lacerda, com vários secretários e continuarei articulando para que encontremos uma saída. Os companheiros podem ter certeza de que encontraremos uma saída.

Deputada Celina Leão, para ficar muito claro, às vezes, uma pessoa chega junto a V.Exa. e não fala a verdade, e, é claro, V.Exa. reproduz uma coisa que lhe disseram. Eu ouvi também a intervenção, Deputado Joe Valle, do Deputado Agaciel Maia. Não irei aqui jogar para a plateia. Eu sou oriundo de uma categoria, sou ex-cabo da Polícia Militar. Fui anistiado pelo presidente Lula, mas não pedi favor a ele. Aliás, o ex-Governador Joaquim Roriz — acabei de falar com a filha dele, Deputada Jaqueline, estávamos ao telefone, pois estou articulando no Congresso — propôs uma anistia e eu não aceitei. O ex-Governador Arruda me propôs anistia e também não aceitei. Eu não devo favor a ninguém. Não tenho rabo preso com ninguém. Articulei um projeto de lei com um senador da República que foi aprovado por unanimidade quando o Senador Renan era Presidente do Senado. Depois, articulei com o hoje Vice-Presidente da República, que era Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Fui lá como deputado, conversei, articulei e fui anistiado pelo Congresso. Depois, quando os comandantes das PMs do Brasil inteiro e os ministros das Forças Armadas, Deputado Joe Valle, quiseram que o presidente Lula vetasse, fui lá junto com a Senadora Ideli e articulamos com o Presidente, que o sancionou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Isso desde o dia 13 de janeiro de 2010. Alguns aqui podem não saber, mas eu tinha seis anos de condenação para cumprir, sem benefício, na Papuda quando terminasse o meu mandato. Seria ficha suja e não poderia ser candidato à reeleição. A Justiça Militar prevê que os companheiros que lideraram o movimento responderão, com certeza, a Inquérito Policial Militar e precisarão da ajuda dos companheiros do Congresso Nacional para terem uma anistia com a aprovação de um projeto, porque a legislação continua a mesma. É bom que as pessoas saibam disso. Eu articulei e depois o Presidente Lula sancionou, mas eu não voltei ainda Deputada Celina Leão, Deputado Olair Francisco, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz. Eu ainda não voltei para a Polícia Militar. Este ano é o prazo para que eu volte. Isso também para o ex-sargento Godinho, que foi preso e expulso. Ficamos presos durante 131 dias na Papuda. Após a anistia, quando voltarmos, estaremos no mesmo cargo na Polícia Militar e seremos reformados. Quem disse que eu voltei como capitão está mentindo. Não tenho medo de fazer o debate. Volto como cabo e não me envergonho, a minha farda está pendurada no meu gabinete. Como eu disse, Deputada Celina Leão, eu não jogo para a plateia, eu não faço isso. Eu faço política com responsabilidade. Eu sei o tamanho da minha responsabilidade.

Deputado Joe Valle, passei dois anos apanhando dia e noite nas redes sociais e estou muito tranquilo. O resultado para a categoria virá na hora certa, mas com ações concretas, com responsabilidade. Durante dois anos, sentado nessa cadeira aí, Deputado Wellington Luiz – o Deputado Joe Valle e o Deputado Olair Francisco eram membros da Mesa –, nós organizamos as finanças da Câmara. V.Exas. não puderam contratar servidores da estrutura durante cinco meses e servidores de gabinete durante três meses. V.Exas. sabem a pressão que eu sofri por não nomear, mas é a responsabilidade de gestor. Equilibramos as contas e garantimos ao governo a estabilidade econômica e política de que ele precisava. Mas não só isso, garantimos ao Plenário desta Casa nos dois anos a mudança de uma cultura na aprovação de projetos que agora passarão por todas as comissões, para evitar vício da inconstitucionalidade. Aprovamos projetos, Deputado Joe Valle, que nunca na história desta Capital haviam sido aprovados, como o Plano Diretor de Transporte Urbano e o pacote da saúde, que possibilitou mais de doze mil contratações na saúde, Deputado Olair Francisco. Isso foi fruto da nossa gestão, nossa. Isso para dizer que existe o diálogo sim com as lideranças do movimento. É bom deixar isso claro aqui.

O Governador Agnelo Queiroz sentou-se à mesa em Águas Claras duas vezes como os líderes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Numa das vezes eu estava presente. Está no YouTube e nas redes, quem quiser acesse a internet e poderá ver. Depois, houve uma reunião com o Secretário de Administração, Deputado Joe Valle. A última, como eu disse anteontem, foi com o comandante da PM e dos Bombeiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

O problema é que não adianta chegar e dizer que se quer uma reestruturação ou uma instituição de cargos e salários para os policiais militares. É preciso apresentar uma proposta, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. sabe disso, para a sociedade. É isso que amanhã essa comissão tem que fazer aqui. A proposta de reestruturação de cargos e salários eu já apresentei para o governador. Até os impactos financeiros já foram feitos. Estou na fase de articulação no Congresso Nacional e no Governo Federal para que seja aprovada.

Para a sociedade, nós temos de fazer aqui amanhã. E já demos alguns caminhos. V.Exa. disse ontem, já disse hoje, Deputado Joe Valle, Deputada Celina Leão já falou, Deputado Agaciel Maia, Deputado Olair Francisco, todos os Deputados já disseram aqui alguma coisa que pode ser feita, mas não adianta apresentarmos propostas amanhã se a rainha da Inglaterra não quiser implementar. Aqui é o Poder Legislativo. Lá é o Poder Executivo. Sentou na cadeira, tem que assumir que é gestor. E gestor, candidato ou não, igual aqui, tem que fazer o que tem que ser feito, contrarie ou não interesses. É isso. Tem que gerenciar. V.Exa. sabe disso. Gerencia bem a Malunga. Eu fui lá visitar. V.Exa. sabe disso. É preciso ser gestor.

Por que nós não temos para os companheiros da PM um plano de cargos e salários digno, uma carreira para praças na PM e no Corpo de Bombeiros? Porque os gestores são coronéis e não querem abrir mão. E estou com todo respeito ao Coronel Leão e vim aqui para falar por causa das mensagens que ele mandou e porque me ligou. Tenho todo respeito com Coronel Leão e com todos os coronéis da PM. Aliás, com todos os oficiais. Eu já vi Parlamentar nesta Casa passar por aqui, depois ir para eventos sociais e tomar uísque com coronéis. Eu nunca fui. Não vou. Eu sei que tenho que sentar à mesa com qualquer um e respeito como autoridade, mas eu sei quem são meus amigos. Sei quem são meus amigos, quem frequenta a minha casa, o meu gabinete, quem anda comigo. Eu sei quem são cada um. Nós não temos porque os gestores foram irresponsáveis ao longo dos anos. E não dá para dizer que não foram, porque nunca apresentaram um plano de cargos e salários para os praças da Polícia Militar e nenhuma proposta de reestruturação. Nunca apresentaram!

Por que a revolta desde ontem, Deputado Wellington Luiz, quando eu fiz o discurso? Porque, no artigo primeiro da proposta de reestruturação, Deputado Joe Valle, diz que o comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem que ser de alguém que começou como soldado, que passou por todos os níveis da instituição para chegar a comandante-geral. E aí vai ter que ser alguém que é oficial administrativo e não alguém que entrou diretamente como oficial, o ciclo completo, a entrada única, a porta única na PM e no Corpo de Bombeiros, se quiser que funcione. Até que a gente unifique, Deputado Wellington Luiz, com a Polícia Civil e desmilitarize. A função de policial e bombeiro tem que ser eminentemente civil. Nós não estamos em uma ditadura. E quantos anos nós já discutimos isso? Isso todo mundo já conhece e já sabe. O que falta, Deputado Joe Valle, depois da discussão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

de todos aqui, das propostas da Deputada Celina Leão, seja na área comercial, seja no Congresso Nacional ontem ou aqui, é que o gestor sente e aplique. Tem que fazer, mas tem que ter coragem de fazer. É isso. É a coragem de ser gestor público, de responder pelos seus atos e de pensar na sociedade como um todo. São vidas que estão em jogo. São vidas de seres humanos e não dá para brincar.

Então, é preciso que cada um assuma o seu papel, e que a “rainha da Inglaterra”, em vez de omitir número ou maquiagem, como fez durante dois anos, agora apresente a realidade dos números e não faça uma intervenção como fez na Coordenação de Comunicação Social da Polícia Militar. É isso que ele não pode fazer. Tomara que aqui amanhã ele explique o porquê disso. Porque a imprensa hoje tentou ter acesso e não conseguia ter acesso aos números reais do CIADE – Centro Integrado de Atendimento e Despacho – nem da Polícia Militar.

Nós temos os melhores profissionais do País, Deputado Olair Francisco. São os melhores, mais preparados e qualificados. Nós brigamos. E aí lutamos contra o Deputado Fraga, na época, para instituir o ingresso por curso superior. Depois brigamos para que os companheiros que estão na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros pudessem fazer TecSop – Tecnologia em Segurança e Ordem Pública, que é o curso superior. A nossa proposta prevê a carreira única, a independência de vaga, porque nós queremos que seja feita uma coisa de fato, que resolva o problema, e não uma solução paliativa, como eu disse ontem aqui. Eu não estou aqui para brincar nem fazer graça com ninguém, nem mesmo com os companheiros da PM e do Corpo de Bombeiros. Nunca fiz nem vou fazer. Olho no olho e enfrento como sempre fiz, como fiz com os meus companheiros que são meus pares aqui na Câmara Legislativa. É assim que eu vou continuar.

No dia em que eu sentar na cadeira de governador, eu não vou ter rabo preso com nenhum Deputado aqui, com ninguém da imprensa e de lugar nenhum. Falei isso para o ex-Governador Roriz e para o ex-Governador Arruda. E já falei para o Governador Agnelo. No dia em que eu sentar naquela cadeira, eu só servirei a um Senhor: a Deus. Eu não sirvo a Deus e ao diabo. Eu vou ser justo e, para ser justo, não pode ter rabo preso quem está na vida pública. Quem está na vida pública tem que assumir que sua vida tem que ficar exposta o tempo inteiro. O tempo inteiro! Então, não existe aqui meio ético nem meio honesto. Ou se é ético ou se é honesto. Tem que ser ético e honesto, pela metade não dá para ser. Não dá para ter um discurso e a prática ser outra.

É bom os companheiros entenderem que nós vamos ter surpresa aqui na Câmara. Tem muita gente que o discurso não vai ser a mesma coisa da prática. Olha que eu não sou profeta, mas é bom saber que coisas vão acontecer, eu quero ver gente que fez um discurso ter que se justificar na prática. Eu quero ver.

Como corregedor, eu vou agir à luz da justiça, seguindo o Regimento Interno, a Constituição e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Eu não vou fazer caça às



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

bruxas. Nunca fiz. Nem fazer palanque nas costas dos meus companheiros, dos meus parceiros. Isso, não. Vou fazer o que tem que ser feito de acordo com a lei, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. foi policial civil e sabe o tanto que a gente enfrenta de dificuldade, mas a lei está aí para ser cumprida. E o legislador que somos nós, quando fazemos a lei, fazemos para ser cumprida. Não dá para fazer a lei para o cidadão comum cumprir, e a gente não cumprir. Era isto o que eu tinha para dizer aos Parlamentares aqui: que não façamos palanque eleitoral, não façamos disputa em cima das pessoas e usando a vida das pessoas. Que deixemos o palanque eleitoral e a disputa política para o momento oportuno, para a hora certa. Até porque quem for candidato a o quê – tem muita gente aqui que talvez nem seja candidato a nada – vai poder olhar no olho de cada um, fazer sua intervenção, pedir o seu voto, mostrar que é ético e honesto e merece o voto da sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

Está provado, Deputado Patrício, solução existe, falta boa vontade, falta implementar aquilo que a gente sabe que é necessário.

Amanhã teremos uma grande oportunidade, inclusive, de separar o joio do trigo, aqueles que realmente têm compromisso daqueles que querem usar a desgraça alheia para fazer politicagem. Quem tem compromisso, amanhã, independente de convite ou convocação, virá aqui e vai tratar essa matéria com a seriedade de que ela necessita.

Mais uma vez, aproveito para pedir apoio aos Deputados que estão presentes e também aos que estão em seus gabinetes, e àqueles que por ora não estão na Casa, com relação a mais um difícil momento em que vivem os condomínios. Quero agradecer a presença da Junia, Presidente da UNICA/DF – União dos Condomínios e Associações de Moradores no Distrito Federal, que nos traz aqui e vai levar a cada gabinete – ela já me disse estar à disposição – o pedido desesperado dos moradores, que mais uma vez são perseguidos por uma ação judiciária que determina a derrubadas de muros. É preciso, já que a lei caiu, que tenhamos um instrumento que possa manter os muros e guaritas em parcelamentos em processo de regularização. Saída tem, a exemplo da segurança pública. Não tenha dúvida, Junia, solução para isso aqui tem. O que tem que haver é seriedade, tratar isso com seriedade e com a urgência que o caso requer.

É importante que esta Casa mais uma vez se manifeste. Essa é uma ação que tem que partir do Poder Executivo. Vou pedir ao Willemann, coordenador-chefe parlamentar, que leve ao governador mais esse anseio desesperado de vocês, porque, em meio a uma discussão de segurança, a gente tornar esses moradores mais inseguros ainda é, no mínimo, uma aberração da nossa parte. Temos que, de fato, buscar uma saída a curto prazo, porque o prazo é muito curto e sabemos o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

vai acontecer no condomínio Villages nos próximos dias se o Governo do Distrito Federal e esta Casa não tratar essa matéria com a seriedade e importância de que ela precisa.

Portanto, tem o nosso compromisso, Junia. Parabéns pelo trabalho que você tem exercido. Sei que você não tem dormido nem almoçado, como hoje quando nós conversamos. Mas não tenha dúvida, eu acho que não existe, você me falou que duvida que tenha um Deputado que seja contrário a essa causa de vocês, eu também duvido, viu, Junia. Acho que todos esses Parlamentares têm compromisso, sim, porque é uma causa nobre e justa. Então, vamos fazer com que ela seja implementada. Falo aqui em meu nome, mas acho que posso falar em nome de todos os Parlamentares porque essa causa é nossa. Vamos adotar as devidas providências.

Já recebi a sua documentação. Você me disse que vai encaminhá-la também a todos os Deputados, gabinete por gabinete, para que possa contar com o apoio deles no convencimento do Governador, para que S.Exa. edite uma norma que possa imediatamente trazer uma solução e tranquilidade para esses moradores. Muito obrigado, Junia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)